



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA
DIGITALIZAÇÃO E DA
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Intervenção inicial do Secretário de Estado da Digitalização e da
Modernização Administrativa
Audição do Orçamento do Estado de 2022**

Obrigado, Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

É uma honra poder estar presente nesta casa, que é a casa da democracia, para vos poder falar, a propósito do Orçamento de Estado de 2022, dos projetos deste Governo para a área da digitalização e da modernização administrativa.

Não posso começar a minha intervenção, sem referir o cenário em que vivemos nos últimos dois anos.

Portugal e o mundo foram confrontados com uma situação que colocou à prova a sua capacidade de funcionar enquanto sociedade.

Uma situação inesperada. Nova pelas proporções que assumiu num mundo globalizado, e que condicionou fortemente os fluxos de pessoas e de bens entre países.

A dimensão digital adquiriu, por isso, uma importância crucial, nunca antes vista.

Portugal, que já tinha abraçado a aposta no digital, reforçou-a, e com este Governo pretende reforçá-la ainda mais.

Esse reforço terá um triplo foco: 1) na capacitação e na inclusão digital das pessoas; 2) na transformação digital do nosso tecido empresarial; 3) e na digitalização do Estado.

Por detrás deste triplo foco, tem que estar uma base de elementos potenciadores, como a conectividade e a infraestrutura, a reutilização de dados, a adoção de tecnologias disruptivas, **sempre com especial atenção dedicada à cibersegurança.**

Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo não esquece que a pandemia exigiu um esforço admirável de todas as pessoas e organizações. No caso dos serviços públicos, a quem cabe um papel fundamental na coesão do país e na resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, reforçaram, simplificaram e diversificaram as formas de interação, recorrendo quer a novas soluções ou a soluções já estudadas e que foram antecipadas.

Por exemplo, alguns serviços já disponíveis à distância tiveram um enorme impulso na procura. É o caso do serviço de renovação do cartão de cidadão, que pode ser feito *online* através do ePortugal, ou quase automaticamente, com o envio para casa, ao aproximar-se o final do prazo de validade, de uma carta com os códigos de acesso e uma referência multibanco para pagamento da renovação.

Desde 2019 e até à data, registaram-se 600 mil renovações online do cartão de cidadão, e 1 milhão de renovações automáticas pelo pagamento da taxa em apenas 1 ano de funcionamento, o que terá evitado cerca de 2 milhões de atendimentos presenciais, e poupado 2,6 milhões de horas em deslocções aos serviços.

Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia não foi só um catalisador de digitalização, mas também de modernização administrativa.

Durante 2 anos, impôs à sociedade uma aprendizagem acelerada que resultou também em novas formas de pensar e de conceber serviços públicos. Não podemos deixar de colher os frutos dessa evolução acelerada, e aproveitar uma maior vontade e apetência dos cidadãos e empresas para utilizarem as ferramentas digitais à sua disposição, para desenvolvermos novos procedimentos que permitam cumprir a nossa missão e prestar serviços públicos mais simples, mais eficientes, e mais próximos dos cidadãos.

Hoje, estamos mais preparados para identificar antecipadamente os problemas e para conceber soluções inovadoras que lhes deem uma resposta mais efetiva e satisfatória. Contamos para isso com os dois centros de competências da AMA – Agência para a Modernização Administrativa – o LAbX e o LabAP – dedicados, respetivamente,

ao desenvolvimento de serviços públicos digitais e à melhoria do atendimento ao público.

O programa SIMPLEX, qual bastião incontornável da modernização administrativa em Portugal, beneficiará no seu desenho e na implementação de futuras edições, desta melhor capacidade de identificar problemas, e de encontrar soluções mais inovadoras e eficazes.

Assim, queremos que, no futuro, o SIMPLEX promova:

- **Serviços mais acessíveis e inclusivos** numa lógica **omnicanal**, para que cheguem a todos os sítios onde os cidadãos portugueses, ou aqueles que escolham viver em Portugal, estejam;
- **Serviços centrados no cidadão** e não na estrutura interna da Administração Pública, explorando a noção de evento de vida (nascimento, casamento, compra de casa, abertura de empresa);
- **Serviços mais simples e fáceis** de realizar pelos cidadãos, **desenvolvidos com base num modelo comum** que assegure

a coerência na forma como são disponibilizados pelos diferentes organismos da Administração Pública. É importante que os cidadãos familiarizados com um portal público se sintam confortáveis ao utilizar qualquer outro.

- Serviços baseados nas **arquiteturas de referência** da Administração Pública, como a Plataforma de Interoperabilidade, assegurando a racionalidade no aproveitamento de recursos e a articulação entre sistemas informáticos.
- Serviços **automáticos**, sempre que possível, evitando a necessidade de os cidadãos apresentarem um pedido ou de se deslocarem.
- E, serviços **mais confiáveis**, recorrendo a sistemas avançados de autenticação, que garantem segurança acrescida.

As futuras edições do Programa SIMPLEX terão também medidas que atendem às várias dimensões da Administração Pública, e dedicando particular atenção a domínios de ação mais específicos, como, por exemplo, o acesso a fundos europeus.

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos perfeitamente conscientes de que a aposta nos serviços digitais não significa – nem pode significar – o descurar dos modelos tradicionais de atendimento. A **rede de Lojas de Cidadão, que abrange neste momento uma população estimada em mais de 4 milhões de habitantes em 64 lojas espalhadas pelo país e totaliza 181 milhões de atendimentos desde a abertura da primeira loja, será reforçada com 6 novas lojas ainda este ano.**

Por sua vez, a rede de espaços de cidadão contará até 2026 com cerca de 300 novos espaços a juntar aos 802 existentes, em localizações já identificadas, incluindo em municípios onde ainda não existe qualquer estrutura deste tipo.

Para o Governo, *modernizar* tem de ser sinónimo de *Simplificar*. Mais do que desenvolver soluções tecnológicas, importa reformular, racionalizar, simplificar processos de funcionamento.

Elevamos a nossa ambição e queremos que o “Programa Simplex”, que já tanto revolucionou, continue a fazer um

caminho de mudança e entre no ADN da Administração Pública, evoluindo para um “Modo Simplex” de funcionar. Sempre centrado nos cidadãos, na sua vertente individual e económica, e orientado para a antecipação dos seus problemas e para soluções inovadoras.

Senhoras e Senhores Deputados,

Embora saibamos que digitalizar e modernizar são, antes de mais, desafios que se colocam a toda a sociedade, e não apenas ao Estado, não descuramos o importante papel que o Governo aqui desempenha, pois cabe-lhe contribuir para que as oportunidades que a evolução tecnológica oferece a Portugal, sejam efetivamente aproveitadas e beneficiem todos os cidadãos e empresas.

É também por essa razão que nos parece importante assinalar a confluência nesta área governativa de duas temáticas até agora separadas, mas de inquestionável complementaridade: o digital e a modernização administrativa.

O sucesso da transição digital em curso passa pela articulação próxima com a modernização administrativa, centrada no cidadão e nas empresas.

Cabe ao Governo, também por isso, e mais do que nunca, que o investimento em serviços digitais e na modernização dos serviços do Estado não deixe ninguém para trás.

Para esse efeito, permitam-me destacar, em relação aos cidadãos:

- **A aposta numa transição equilibrada suportada pela formação profissional e pela requalificação de trabalhadores**, de que são exemplo programas como o Emprego+digital, o Upskill, a Academia Portugal Digital, ou a Academia de Cibersegurança;
- **O investimento em literacia digital**. Não desconhecemos que os rankings internacionais coincidem na conclusão de que Portugal se posiciona melhor na disponibilização de serviços digitais do que na sua efetiva utilização, em grande parte devido à carência de competências digitais. Daí que

para o Governo, o InCoDe.2030 continue a ser uma iniciativa fulcral para o futuro do país;

- **A tarifa social da Internet**, para que a Internet possa chegar até todos os cidadãos, reconhecendo-a como um elemento estrutural da vida moderna.

E em relação às empresas, permitam-me que destaque 2 aspectos:

- A dinamização do empreendedorismo e das *start-ups*, como forças motrizes que acelerem a transição, **influenciando as políticas europeias a partir de Lisboa pela liderança da ESNA (European Startup Nations Alliance)** e criando, por exemplo, como consta da proposta deste Orçamento de Estado, um regime especial de tributação aos ganhos via *Stock Options*, ou mesmo a atribuição de vales para *start-ups* de base digital;
- Por último, medidas que suportem a transferência de conhecimento científico e tecnológico para a economia, como as Zonas Livres Tecnológicas, os *Digital Innovation Hubs* e a rede nacional de *Test Beds*.

Claro está, Senhoras e Senhores Deputados, que sabemos que o sucesso da digitalização e da modernização do país depende, ainda e muito, da confiança das pessoas. Confiança no Estado e confiança na utilização dos meios digitais que coloca ao seu dispor. Assente, por um lado, numa consciencialização para os riscos, e por outro, na criação de uma perceção fundamentada que nos faça sentir tão seguros na vida digital como na vida no mundo físico.

Por esse motivo, o Governo entende ser fundamental a promoção da capacitação das entidades públicas e privadas para a cibersegurança, quer seja através da implementação do regime jurídico da segurança do ciberespaço ou da partilha de boas práticas como o Quadro Nacional de Referência em Cibersegurança, ou o desenvolvimento da certificação em cibersegurança, ou ainda de instrumentos catalisadores para a transição digital, aproveitando os investimentos previstos neste âmbito no **PRR, no valor total de 47 milhões de euros.**

Falando em PRR, este constitui, aliás, uma oportunidade única de promover a digitalização em Portugal, que implicará a mobilização empenhada de todos os agentes, públicos e privados,

envolvidos na concretização dos vários projetos previstos na dimensão Transição Digital, **e que representam um total 2.460 milhões de euros.**

Senhoras e Senhores Deputados,

Durante os últimos 2 anos, perante a impossibilidade de estarmos fisicamente juntos, encontrámos novas formas de funcionar à distância nos nossos empregos e nas nossas relações pessoais. Em tempo recorde, as organizações, públicas e privadas, recorreram à tecnologia para manterem a sua atividade, e até mesmo para modernizaram e adaptaram os seus processos de funcionamento a uma nova realidade muito exigente, acelerando a transição e a transformação digital em curso.

Soubemos e saberemos continuar a aproveitar as oportunidades, e também a experiência que adquirimos pelo caminho, para nos adaptarmos a uma vida que se instalou definitivamente no ciberespaço.

Não esqueceremos que esta nova vida requer uma estratégia holística para que ninguém fique para trás, pelo que temos que investir nas competências das pessoas, para além de investir na mudança das formas de pensar e das culturas instaladas; na mudança de modelos de negócio, e do modo como as organizações públicas e privadas se estruturam e relacionam entre si.

Este é o momento para afirmar Portugal como uma nação modernizadora e mais digital: para isso temos a visão estratégica e os recursos financeiros acrescidos do PRR.

Muito obrigado.